

A DUALIDADE DA ECONOMIA REGIONAL: UM ESTUDO APLICADO NO ESTADO DO TOCANTINS, BRASIL

Eliseu Pereira de Brito¹

Resumo

Esta pesquisa tem como área de estudo o Estado do Tocantins, na Região da Amazônia Legal, Brasil. O trabalho teve por objetivo principal analisar o processo da formação espacial deste Estado. Para alcançar os objetivos estabelecidos, partiu-se da metodologia proposta por Rangel (1981 e 2005) sobre a formação espacial do Brasil a partir da teoria da Dualidade Básica da Economia. As dualidades foram analisadas a partir de uma construção da história regional, tendo as obras de Parente (2007) e Valverde (1981), como trabalhos norteadores do estudo histórico do Estado. Para entender o contexto local utilizou-se das pesquisas de Valverde e Dias (1967) e Furtado (2005). Este estudo buscou comparar os pactos de poder na dualidade da economia nacional com os pactos da economia regional, descobrindo e recriando, absorvendo a partir destas análises, uma identificação da Dualidade Básica da Economia Tocantinense. O trabalho inicia com uma descrição e importância da análise da dualidade da economia brasileira e evolui com a inclusão da análise do papel do Estado de Goiás e a contribuição da dualidade regional para a construção e formação espacial do Estado do Tocantins.

Palavras-Chaves: Formação Espacial; Dualidade Básica da Economia; Região

Introdução

O fundamento da tese que estabelecemos neste trabalho partiu de uma análise em torno do conceito de região e sua aplicação na área de estudo. As tramas que possibilitaram pensar a região Norte Goiana perpassam pelo objetivo de entender a formação regional em sua particularidade para, então, estabelecermos uma tese sobre a Dualidade da Economia Regional, compreendida a partir da formação espacial.

A região Norte Goiana a qual nos referimos neste trabalho era o norte do Estado de Goiás (Atual Estado do Tocantins) que, em decorrência da sua extensão territorial, teve um processo de ocupação econômica desigual. No período colonial, na efervescência dos

¹ Mestre em Geografia pela UFGD. Professor do Curso de Geografia da UFT. Universidade Federal do Tocantins. Brasil. E-mail: eliseubrito@uft.edu.br

garimpos de ouro, as fronteiras deste Estado foram vigiadas, evitando desvios de minérios por caminhos alternativos, principalmente os que direcionassem a Belém.

Os bloqueios dos principais corredores de transporte, Rios Araguaia e Tocantins, truncaram o desenvolvimento econômico da Região Norte Goiana, produzindo um isolamento, que Parente (2007) chamou de “Ouro como fonte de atraso”. Os 250 anos que sucederam essa medida de isolamento moldaram suas particularidades, e um processo espacial diferenciado se estabeleceu, recebendo o nome de Região Norte Goiana.

O Estado do Tocantins foi criado no ano de 1988, região conhecida como Norte Goiana ou Norte de Goiás. Toda esta distinção se deu pela sua peculiaridade no que tange à formação espacial. O Sul de Goiás era tido como desenvolvido em comparação com o Norte de Goiás, que era atrasado ou ainda estava por desenvolver. A modernização agrícola de Goiás diferenciou-se entre o sul e o norte, e as assimetrias foram notórias, desencadeando vários movimentos separatistas, o que culminou, em 1988, na criação do então Estado do Tocantins.

Tal leitura tornou-se importante para se entender o processo regional, o que nos levou a concordar com Castro (1994) quando afirma que uma análise regional deve levar em consideração os novos paradigmas e neste viés, Lencioni (2003) afirma que as novas questões sociais e econômicas devem ser trabalhadas na atualidade em estudos que envolvam essa categoria de análise, a região. Para tal leitura, em seu trabalho, Lencioni (2003) utilizou uma abordagem que contemplou uma análise do processo histórico da construção do conceito.

Sendo assim, nossa pesquisa teve por objetivo principal analisar o processo da formação espacial do Tocantins e, para alcançar os objetivos, nos apropriamos do suporte metodológico estabelecido por Rangel (1981 e 2005) sobre a formação espacial do Brasil a partir da teoria da Dualidade Básica da Economia. As dualidades regionais foram analisadas a partir de uma construção da história regional, tendo as obras de Parente (2007), Valverde e Dias (1967), Furtado (2005) e Valverde (1981) como trabalhos norteadores do estudo histórico do Estado.

Buscamos neste estudo estabelecer uma comparação entre os pactos de poder na dualidade da economia nacional e os pactos da economia regional, descobrindo e recriando, absorvendo a partir destas análises uma identificação da Dualidade Básica da Economia Tocantinense. O trabalho inicia com uma descrição e análise da dualidade da economia brasileira e evolui com a inclusão da análise do papel do Estado de Goiás e a

contribuição da dualidade regional para a construção e formação espacial do Estado do Tocantins.

Teoria da Dualidade Básica da Economia

O processo histórico da economia brasileira foi entendido por Rangel (1981 e 2005) como sendo constituído por fases sucessivas de dualidades. Para cada uma dessas fases, comportavam-se formações econômicas dominantes, tendo uma situada no polo externo, e outra, no polo interno da economia. Estas duas formações básicas da economia, controladas por leis próprias, se estabelecem no território por um permanente conflito entre si, por serem dominantes em seus espaços.

Neste sentido, ela é dual e simétrica à economia mundial. Mas, conforme expõe Pereira (1993), o processo histórico brasileiro da formação espacial não refletiu fielmente a formação espacial europeia. O fator apontado para o desenvolvimento de tal processo veio em decorrência da estruturação/reestruturação dos modos de produção. Estes não são autônomos e nem formados exclusivamente pela organização econômica criada internamente. Isso implica dizer que há uma dualidade de forças no país que em suas relações históricas são defasadas em relação à existente na Europa no mesmo período.

A organização do poder no Brasil estruturou os alicerces de apoio para a economia, sempre tendo como base uma potência mundial. Observando tal desenvoltura da economia, afirmamos que a formação dual brasileira, ao confrontar-se com a expansão de suas forças produtivas, reagiu como as demais formações sociais, mudando o seu modo de produção para outro que estava em estágios mais inovados tecnologicamente.

A formação dual da sociedade brasileira reflete o fato de que o poder político é exercido sempre por duas forças majoritárias. Enquanto uma força ocupa o poder, surge uma nova força para substituí-la aí, isso porque elas são organizações de classes dirigentes, simultaneamente conflitantes e solidárias, daí podermos falar de pacto de poder.

Existem dois polos de poder nesta organização dual da economia, formando um sócio maior e um sócio menor. Estes sócios estruturam-se a partir de uma organização interna e externa, formada por um lado interno e externo. O lado externo do polo externo situa-se fora do país, é o modo de produção ativo nos centros mundiais aos quais a economia está ligada. Dessa forma, sobram três lados que disputam as duas representações de classe dirigentes no país.

A dualidade da economia é explicada pela existência de dois polos e é sobre os polos que se definem os lados e, conseqüentemente, os sócios. No “pólo interno situam-se, internamente, as relações de produção dominantes e a correspondente a classe dominante” (PEREIRA, 1993), chamada de sócio maior e, no polo externo, situam-se as relações de produção emergentes, chamada de sócio menor. Mas, não necessariamente, os sócios estão em apenas um polo, eles variam de acordo com a organização da economia.

O desenvolvimento regional desigual brasileiro nos estimulou a comparar a formação espacial brasileira com a formação espacial do antigo norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, com uma proposta para melhor entender a formação espacial tocantinense.

A dualidade da economia e a formação espacial do Norte Goiano

O advento da família Real para o Brasil e a abertura dos portos possibilitou o início da organização do polo externo brasileiro, segundo Rangel (2005). Os representantes do polo externo, pois o lado interno era formado pelos comerciantes, era em sua maioria não brasileira, com pouca expressão política, formando o sócio menor do poder. Para Pereira (1993), esta dualidade foi caracterizada pelo latifúndio feudal, que não é igual ao latifúndio medieval da Europa ou o do asiático, mas que em sua essência lembra o servo feudal.

Neste período, a atividade econômica principal brasileira sustentava-se nas lavouras de café. Todo o crescimento econômico das lavouras do café veio em decorrência do trabalho escravo, uma vez que, nesse período, “o Brasil era o café e o café era o negro” (VALVERDE, 1985). O número do tráfico de escravos na primeira metade do século XIX foi grande, porém, no final desse, “a escravatura estava fadada ao desaparecimento, mas os fazendeiros de café estavam, geralmente, por demais dependentes dela para que quisessem abrir mão do trabalho escravo” (VALVERDE, 1985, p.35).

No Nordeste, a expansão da economia açucareira impulsionou a necessidade de aumento da criação de gado, mas com a escassez da lenha e com os danos provocados à lavoura, tornou-se necessário encontrar novas áreas para a criação do gado que não fossem as litorâneas. A interiorização da criação de gado foi importante para a ocupação das terras das porções centrais do país e na Amazônia.

Segundo Furtado (2005), o litoral não possuía boa qualidade de pastos para alimentar o gado, o que justifica a rápida penetração do sertão, ultrapassando o rio São

Francisco e alcançando o rio Tocantins e, daí, para o norte do estado do Maranhão no começo do século XVII.

Quanto mais se interiorizava, mais oneroso ficava o transporte do gado até as regiões litorâneas. Este modelo econômico acabou modificando a economia nordestina produtora do açúcar. Para Valverde (1985, p.163), “foi pelas fazendas de criação que se povoou todo o Piauí e o sul do Maranhão até as barrancas direita do Tocantins”.

Para Lira (2007), a plantação da cana no litoral foi uma das principais causas do avanço da pecuária pelo sertão. As frentes nordestinas da pecuária avançaram as barreiras do rio São Francisco e ocuparam o sul do Maranhão no século XVIII. Atravessaram o rio Tocantins no século XIX e ocuparam o norte de Goiás (Tocantins) e, posteriormente, avançaram um pouco mais e ultrapassaram o rio Araguaia e ocuparam o sudeste do Pará.

Esta organização possibilitou a formação do sócio menor. O sócio menor se constituía pelos pequenos proprietários de rebanhos que viviam isolados especificamente na porção norte. Esses mantinham uma atividade de subsistência, mas com uma relação comercial do excedente da produção com os engenhos do Nordeste, por isso denominada essa relação de capitalismo mercantil.

Em se tratando da economia mineira, Furtado (2005) afirma que a base dessa era o trabalho escravo, mas em moldes diferentes da economia açucareira. As relações que se estabeleciam com a terra, na mineração, eram diferentes das que se estabeleciam com ela na açucareira, pois havia uma instabilidade quanto ao lucro advindo da terra; o garimpo e o lucro também eram incertos.

Em crise, os antigos mineradores tornaram-se pecuaristas, formando o sócio maior, que mantinha sua área de influência de norte a sul da região. Em suma, na Primeira Dualidade, os senhores de escravo eram o sócio maior, e os comerciantes o sócio menor. Na Segunda Dualidade, com a crise do Modo de Produção Escravista no Brasil, o capitalismo mercantil passou a ser sócio maior, respaldado sobre o capitalismo industrial no lado externo do polo externo. Na segunda dualidade brasileira, o “sócio maior: a burguesia comerciante, representativa do pólo externo; sócio menor: os fazendeiros, latifundiários feudais, por um lado, e comerciantes, por outro, representando o pólo interno” (RANGEL, 2005, p.674).

Em se tratando da formação espacial do Tocantins, não era uma semelhança com os pactos de poder nacional. No sul deste Estado, a pecuária ainda era extensiva e não se constituía na formação de riqueza no final do século XIX e início do século XX. Vale ressaltar que a pecuária nesta porção do território não surgiu pelo engenho, mas pela

mineração que introduziu a atividade. Com a sua crise, esta se tornou uma atividade de subsistência, mas que, segundo Barbosa (1999), firmava-se no território como uma nova classe que surgia, a dos pecuaristas.

A porção norte do Tocantins se integrava à economia maranhense, abastecendo os mercados por meio do excedente da agricultura e pecuária. A porção sul ainda vivia sem criar novas alternativas comerciais com o mercado baiano, que se fortalecia com a produção do cacau. Para Andrade (1994, p.127), a parte sul da região “foi ocupada por criadores de gado vindos do Vale do São Francisco, que visavam ao abastecimento dos mineradores, e por pequenos produtores agrícolas, que faziam uma agricultura de alimentos”. Isto mostra que com o declínio da mineração houve, também, um declínio da atividade pecuária, e ainda mais aprofundada com as quedas das importações para a Bahia.

Ao norte, a pecuária tornou-se atividade principal e articulou-se com a economia da borracha e da castanha que entrava em auge econômico. O abastecimento das áreas de exploração vegetal foi importante para o desenvolvimento da pecuária. Estruturada e articulada ao território, a oligarquia formada pela pecuária e agricultura no sul do Maranhão e norte do Tocantins se consolidaram como sócio menor. Em contrapartida, o sul de Goiás mantinha relações importantes com a capital de Goiás e com a oligarquia dos Caiados, que comandava o poder apoiada pelos cafeicultores de São Paulo, mas, mesmo empobrecido, não chegava a constituir o sócio menor; antes, este se formou pelo capitalismo mercantil que se estabeleceu ao longo do rio Tocantins e Araguaia sobre o comando de Dianópolis, Porto Nacional, Pedro Afonso, Carolina e Conceição do Araguaia.

A terceira dualidade iniciou no período pós Primeira Guerra Mundial, quando surgiu uma necessidade da classe comerciante internalizar o modo de produção dominante. Esta classe era a sócia maior da segunda dualidade e, estritamente ligada ao capitalismo industrial europeu, representou o lado interno do polo externo. Mas, com a queda do comércio exterior, seguida da subtração da capacidade de importar, pressionava por uma substituição de importações.

Para Campos (2004, p.20), “a corrente migratória que demanda a Goiás dirige-se para o campo”. Como a pecuária enfrentava uma crise estrutural, houve uma canalização de recursos para a agricultura, “a pecuária deixa de ser a principal riqueza, e a agricultura, com a produção do arroz, assume o primeiro lugar em importância na renda do estado” (CAMPOS, 2004, p.23). Em se tratando do Estado do Tocantins, levou-se em consideração que a área ficou a mercê do investimento e teve na pecuária sua base econômica.

Lira (1995) trabalhou com duas forças que nasceu com o movimento de 1930, de um lado os pactos de poder estaduais, organizados pelo latifúndio que queria ter suas terras improdutivas sem preocupação de políticas contrárias, e o pacto federalista, formado pelos coronéis que buscavam uma organização mais ampla e que tivesse a base do rompimento do poder dos latifundiários no coronelialismo.

As lutas de poder só agravavam ainda mais a situação de isolamento e atraso que o Norte Goiano vivia e tornou-se notório a divisão do Estado de Goiás em dois, um comandado pelo sul ligado à elite agrária dos Caiados, e outro, um norte isolado, mas subdividido em dois blocos: o extremo norte e o centro-norte. Neste último, o campo da disputa político-econômica foi fértil para o desenvolvimento do coronelialismo, com hegemonia do poder local, mantendo suas extensões de poder desde Porto Nacional, Pedro Afonso, Piabanha, Dianópolis e Tocantinópolis (LIRA, 1995).

Vale ressaltar que na história política de Goiás o latifúndio teve derrota no pacto de poder na terceira dualidade. Este pacto, apoiado pelas oligarquias paulistas do café, comandado principalmente pelos Caiados, dominava o cenário político-econômico goiano. A ampliação do território de suas influências e a coluna mineira deram condições para a instalação da burguesia industrial no poder, comandada por Pedro Ludovico Teixeira.

Os investimentos na construção do parque industrial de Goiânia não ofuscaram os investimentos no setor agrícola, antes, continuaram sendo uma prioridade dos governos de Goiás no período. A expansão da fronteira agrícola pelo norte de Goiás foi induzida ainda mais com a Rodovia Belém-Brasília. Esta rodovia trouxe para o Tocantins uma nova organização do espaço, possibilitando uma expansão da agricultura mecanizada pelas áreas oeste do rio Tocantins, pouco ocupada. Em contrapartida, as cidades da margem do rio Tocantins não acompanharam o desenvolvimento que esta rodovia trouxe à pecuária do Tocantins.

A criação do Estado do Tocantins e a nova organização espacial. O sol de um novo tempo

Possivelmente podemos referir que a Quarta Dualidade Básica da Economia Brasileira iniciou-se na década de 80, e se consolidou no século XXI. A burguesia industrial perdeu força diante do empresariado agrícola. O país havia experimentado um plano de crescimento econômico através do ‘Milagre Econômico’ e norteava seus investimentos por meio do II PND – 1975/79. O investimento na produção de bens de

capital e na tecnificação da agricultura no cerrado foram medidas impactantes para a área central do país.

O Estado do Tocantins, criado no final da década de 80, teve seu momento inicial de consolidação em um momento de instabilidade da economia nacional. Principalmente, pela crise provocadas pela taxa de cambio. Tratando das questões regionais, com o advento da quarta dualidade brasileira na década de 80, algumas alterações vão ser desencadeadas no recém criado Estado do Tocantins. A consolidação das cidades de Araguaína, ao norte, e Gurupi e Palmas, ao sul, consolidaram os pactos de poder que, a partir das alianças regionais, se sobressaíram. Alguns cuidados têm que ser tomados para tal análise na região, uma vez que haverá uma tendência de continuação das oligarquias no poder, porém, com um processo de substituição.

No Tocantins, a formação espacial vai se distanciar dos estágios da formação social brasileira. Os parques industriais tiveram uma organização muito tenra, ou inexistente em algumas áreas, por este motivo não dá para analisar a região como homogênea no quesito economia, ela é diversificada nesta porção do território brasileiro.

Até a década de 1990 não identificamos sobreposição de sócios no pacto de poder, antes, o que há é uma perpetuação dos poderes oligárquicos ligados às atividades agrícolas. Em apoio a esse entendimento, delimitamos que o sócio maior é constituído pela burguesia rural que tem na pecuária sua base estruturada da economia regional. O sócio menor é formado pela agricultura mecanizada que se consolidou com grandes projetos no cultivo do arroz e da soja.

A configuração das oligarquias em Goiás foi decisiva para delinear as políticas e a organização espacial tocantinense. De tradição agrícola, esta só foi modificada nos anos de 1930 com a construção de Goiânia, pois “a letargia que dominava na economia goiana só seria quebrada a partir da Revolução de 1930, quando a oligarquia dos Caiados foi apeada do poder e um novo líder, Pedro Ludovico, construiu a cidade de Goiânia para ser a nova capital do estado” (ANDRADE, 1994, p.128). Mas a burguesia industrial que nascia em Goiás (Goiânia, Anápolis e Brasília) fez um pacto com a oligarquia agrária, o PSD se uniu à UDN e formaram a ARENA que seria a principal sigla partidária.

Com o desgaste provocado pela Ditadura Militar na política goiana, os ruralistas voltaram ao poder e estes, liderado pelos Caiados e seus aliados, invadiram os cargos do legislativo de Goiás e passaram a defender a criação do Estado do Tocantins como uma necessidade de manutenção no poder, uma vez que ia aumentar a bancada ruralista na Câmara e no Senado Federal, já que se criava um estado totalmente dominado pela UDR.

Desta forma, não houve alterações no pacto de poder, mas apenas um contorno do desenho ficando mais explícito no cenário político-econômico na região. O sócio maior, comandado pela cidade de Araguaína, articulava o poder sobre o norte da região na hegemonia da produção pecuarista. Há uma concentração da criação de gado no município e na região norte do Tocantins, em detrimento do sul. Com mais de 90% de toda arrecadação (pecuária) do Estado em 1989, e tendo uma base consolidada que já vinha desde a construção da BR 153, esta é a região com maior poder econômico e político do Estado do Tocantins.

A elite da agricultura teve início com a construção das lavouras no sul do Tocantins, nas décadas de 70/80. Na década de 90 houve a expansão da soja, que já é um importante produto agrícola do Estado. Para Barbosa (1996), A forma de implantação do Projeto Rio Formoso proporcionou um enriquecimento e formação de pessoas abastadas e com influência política. A concentração da produção de grãos no Tocantins deu-se na região de Gurupi e essa, com mais de 73% de toda a arrecadação estadual no setor, se consolidou como o principal centro econômico da agricultura no Estado, disputando força hegemônica com a cidade de Araguaína ao norte.

Em resumo, na quarta dualidade apenas houve uma consolidação das elites no poder. O sócio maior assemelhou com o pacto nacional, mas as substituições desta elite no poder ainda é primária e não apresenta nenhuma ameaça à hegemonia. Houve uma tentativa de substituir a elite por meio da consolidação da cidade de Palmas, o que ainda não sinalizou nenhum direcionamento de uma oposição ao poder das oligarquias agrícolas.

Conclusão

O suporte metodológico proposto pela Dualidade Básica da Economia Brasileira, de Rangel (2005), nos permitiu afirmar que os espaços são diferenciados em sua formação no Brasil e que este processo se verifica a partir do momento em que comparamos o processo e a estrutura de uma região com outra dentro do país. No que tange à relação proposta neste trabalho sobre os pactos de poder e a dualidade da economia brasileira, a pesquisa possibilitou entender com melhor detalhe de informação os meandros de uma formação regional.

Segundo Rangel (2005), existe uma heterogeneidade na formação socioespacial brasileira que precisa ser melhor compreendida. Assim, utilizando-nos de um estudo analítico da metodologia proposta por ele, analisamos algumas questões pertinentes ao

pacto de poder regional e do antigo Estado de Goiás, estruturante da economia do Tocantins.

A dualidade da economia no Tocantins aconteceu diferentemente do ocorrido no Sudeste do Brasil, e até mesmo do Sul de Goiás. Enquanto no Sudeste, na primeira dualidade, a produção baseava-se no escravismo nas lavouras, nessa região (Norte Goiano) o escravismo dos garimpos foi substituído pelo latifúndio, que se tornaria dominante no Brasil na segunda dualidade. Na terceira dualidade, o Brasil passou a ser industrial, mas no Tocantins não houve substituição dos pactos de poder, pois as oligarquias apenas mudavam de local ou diversificavam a produção agrícola. Esta análise nos permitiu concluir que há uma oligarquia que comanda os centros de decisão do país, porém este mesmo país é heterogêneo, mutante nas suas várias localidades.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel C. de. *Nordeste, Espaço e Tempo*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1970. (Coleção: Caminhos Brasileiros / 5)

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: EUEP, 1994.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins*. São Paulo, 1999. (Tese de doutorado, FFLCH – USP).

BOGES, Pedro Célio Alves (A). O Bipartidarismo autoritário em Goiás. In: *Goiás: sociedade e estado*. Org. Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

_____. (B). Formação e representações do estado de Goiás. In: *Goiás: sociedade e estado*. Org. Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

BRITO, Eliseu Pereira de. Uma decisão, um projeto, um sonho e discursos na criação e consolidação de Palmas. In: *XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo, 2008.

_____. *O papel de Palmas na rede de integração regional*. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. (Dissertação de Mestrado)

CAMPOS, F. Itami. A política tradicional em Goiás: 1930 a 1960. In: *Goiás: sociedade e estado*. Org. Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Fronteira e conquistas pelo Araguaia – século XIX*. Goiânia: Kelps, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO,

-
- Maria Regina. (Orgs). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.
- GOMES, Horieste, NETO, Antonio Texeira e Barbosa, A. Sales. *Geografia: Goiás / Tocantins*. 2.ed, revista e ampliada, Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás. In: *Revista Plurais*. Anápolis: Revista Eletrônica, vol. 1, nº 4, 2006. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br>. Acessado em 24/11/2008.
- _____. *A Gênese de Palmas-TO*. Presidente Prudente, 1995. (Dissertação de Mestrado – UNESP).
- LOUREIRO, Violeta R. A história social e econômica da Amazônia. In: *Pará. Secretaria de Estado de Educação. Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. 2. ed, Belém: CEJUP, 1992.
- PARENTE, Temis. G. O ouro como fonte de atraso. In: Odair Giralдин. (Org.). *A (Trans)formação Histórica do Tocantins*. 2 ed. Goiânia GO: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2002, v. , p. 171-182.
- _____. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. 3.ed., Goiânia - GO: Editora da UFG, 2007.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e Rego, José Marcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Vol. 13, nº 2, abril-junho de 1993.
- RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, out./dez 1981.
- _____. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- _____. *Obras reunidas*. São Paulo: Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1 e 2, 2005.
- RIBEIRO, Miguel A. Campos. *A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise*. Tomo I, Rio de Janeiro, 1998 (Tese apresentada na UFRJ).
- ROCHERFORT, Michel. *Redes e sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005. (Coleção Milton Santos).

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1967.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.